

A FELICIDADE EM ARISTÓTELES NO LIVRO ÉTICA A NICÔMACO

Raimundo Lázaro Da Silva Barros²

RESUMO

Todos os homens querem ser felizes; não há ninguém que não o queira, e com tanta intensidade que o deseja acima de tudo. Melhor ainda: tudo o que querem para, além disso, querem-no para isso. Os homens perseguem paixões diferentes, um esta, outro aquela; também existem muitas maneiras de ganhar a vida neste mundo: cada um escolhe a sua profissão e exerce-a. Mas quer adotem este ou aquele gênero de vida, todos os homens agem para serem felizes.

O que há então nesta vida capaz de nos fazer felizes, que todos desejam, mas que nem todos alcançam? Sobre a felicidade na ética de Aristóteles ficam evidentes as razões da vida feliz. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a felicidade dentro da ética, principalmente, aprofundando, filosoficamente no sentido de bem, dos hábitos e das virtudes humanas, tomando como referência a obra de Aristóteles, *Ética a Nicômaco*. Utilizou-se o método expositivo, em que considerações de filósofos a respeito da evolução e conceitos de felicidade, especialmente envolvendo ética e filosofia, auxiliam na compreensão da exposição enfocada, cujo resultado revelou que o homem pode chegar à felicidade pelo uso ordenado da razão e que, por isso, tenha como fim último a própria felicidade.

Palavras-chave: Felicidade. Bem. Hábito. Virtude. Vida feliz.

A FELICIDADE: FIM DAS ATIVIDADES HUMANAS

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a ética aristotélica e foi elaborado tendo como base a obra “*Ética a Nicômaco*”. Nele procura-se analisar o aspecto da felicidade e do bem, os quais marcam a busca dos seres humanos na sua caminhada de realização, segundo o estagirita Aristóteles. O trabalho aborda o modo de como buscar a felicidade esclarecendo que felicidade e virtudes se compõem.

² Licenciado em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis

A escolha do tema se justifica pela necessidade de se compreender o valor da moral nas relações humanas e, também, a possibilidade de se viver uma vida feliz, contribuindo para a criação de um mundo melhor.

Ética a Nicômaco foi a obra escolhida para ser analisada porque, além de tratar os assuntos éticos e morais, nos retrata, ainda, nos dez livros que a compõem, o filósofo Aristóteles assumindo um papel de pedagogo. Um pai preocupado com a educação de seu filho e, acima de tudo, com a sua felicidade.

Para ele, esta é a finalidade última do ser humano, a qual justifica todo esforço do homem na obtenção desse bem. Aristóteles aborda o tema nos cinco primeiros capítulos do Livro I. Ele defende a felicidade como uma função abrangente e necessária para a realização humana. A obra, inicialmente, se constitui mais em uma defesa da teoria da felicidade do que propriamente uma análise de preceitos morais do homem. Aristóteles aborda a moral e o caráter como condição de se atingir a tal felicidade.

Tendo a ética aristotélica como pano de fundo, o trabalho pretenderá então discorrer sobre a importância da ética como instrumento necessário para que se atinja um modo de vida que conduza à felicidade.

Os objetivos específicos, que contribuirão para atingir o objetivo geral do trabalho, são: reflexão acerca das ações humanas, segundo Aristóteles; problematização da importância da ética na busca do bem comum; algumas ideias centrais que compõem a ética aristotélica e a reflexão de alguns filósofos contemporâneos, que analisam o tema da Ética a Nicômaco. O método utilizado para a elaboração do trabalho foi: leitura, análise, reflexão e comentários acerca do tema.

Nessa perspectiva, este trabalho pretende analisar a ética aristotélica, verificando sua relação com a vida particular, a vida política, desenvolvida em sociedade, a perfeição das ações humanas e a autossuficiência, que desenvolveu o homem moderno.

A FELICIDADE: FIM DAS ATIVIDADES HUMANAS

Neste capítulo trataremos o tema da felicidade, precisamente no Livro da Ética a Nicômaco de Aristóteles. Apresentaremos a felicidade como sendo o Bem Supremo, para o qual todas as ações do homem tendem.

Nos chama atenção a interpretação de Castanheira quando ressalva dizendo: "Nitidamente a ética de Aristóteles é teleológica". Toda ação humana é realizada em vista de um fim. Se, pois, as ações tendem a um fim e este, por sua vez, deve ser um bem soberano, então, o fim último das ações é o bem. Para Aristóteles, "o bem soberano é a felicidade, para onde todas as coisas tendem".

Ela é caracterizada como um bem supremo por ser um bem em si. Portanto, "é em busca da felicidade que se justifica a boa ação humana". Todos os outros bens são meios para atingir o bem maior que é a felicidade (CASTANHEIRA, 2017).

Examinaremos a felicidade como uma finalidade de vida do ser humano, pois é natural que todo o homem busque uma vida feliz e não a infelicidade. Veremos também o que é e em que consiste e como o homem realiza a felicidade no pensamento de Aristóteles, no Livro da Ética a Nicômaco.

Iniciemos citando Aristóteles em suas primeiras frases:

Toda arte, toda investigação e igualmente toda ação e projeto previamente deliberado parecem objetar algum bem. Por isso se tem dito, com razão, ser o bem a finalidade de todas as coisas. (É de se observar, porém, uma certa diversidade entre as finalidades; em alguns casos, a atividade é ela mesma a finalidade, enquanto em outros casos a finalidade é algum produto distinto da ação, sendo que, nas finalidades distintas das ações ou atividades das quais resultam (BINI, 2014. p. 45).

Castanheira afirma que estas linhas de abertura da Ética a Nicômaco, em certa medida, são uma condensação de toda a investigação desenvolvida por Aristóteles na totalidade da obra. Efetivamente, uma análise atenta dessas linhas faz antever não só o alcance do projeto aristotélico, mas também os seus traços mais próprios, nomeadamente no que concerne a algumas tomadas de posição que se assumem como fios condutores de todo o seu pensamento acerca da temática ética (CASTANHEIRA, 2017).

O livro inicia com o questionamento sobre o que é o bom ou o bem. Por isso há também uma afirmação geral: "todo o indivíduo, assim como toda ação e toda escolha, tem em mira um bem e este bem é aquilo a que todas as coisas tendem" (BINI, 2014. p. 45). O fim das ações dos indivíduos é o Sumo Bem, mas, como o conhecimento de tal fim tem grande importância para a vida, é necessário determiná-lo para saber de qual ciência o Sumo Bem é objeto. "Tal ciência é a ciência mestra (que é a Política) e

seu estudo caberá à Ética". (BINI, 2014. p. 45). É objeto da política porque as ações belas e justas admitem grande variedade de opiniões, podendo até ser consideradas como existindo por convenção, e não por natureza.

Castanheira afirma que: "O fim que se tem em vista não é o conhecimento do bem, mas a ação do mesmo"; (CASTANHEIRA, 2017). E esse estudo será útil àqueles que desejam e agem de acordo com um princípio racional, "por isso não será útil ao jovem, que segue suas paixões e não tem experiência dos fatos da vida" (BINI, 2014. p. 48). Para continuarmos expondo sobre o tema que nos interessa sobre os fins das ações humanas, citeamos Aristóteles:

Mas, se todo o conhecimento e todo trabalho visam a algum bem, qual será o mais alto de todos os bens? O fim certamente será a felicidade, mas o vulgo não a concebe da mesma forma que o sábio. Para o vulgo, a felicidade é uma coisa óbvia como o prazer, a riqueza ou as honras; aqueles que identificam a felicidade com o prazer vivem a vida dos gozos; a honra é superficial e depende mais daquele que dá do que daquele que recebe; a riqueza não é o sumo bem, é algo de útil e nada mais. Dessa forma, devemos procurar o bem e indagar o que ele é. Ora, se existe uma finalidade para tudo o que fazemos, a finalidade será o bem. A melhor função do homem é a vida ativa que tem um princípio racional. Consideramos bens aquelas atividades da alma, a felicidade identifica-se com a virtude, pois à virtude pertence a atividade virtuosa. No entanto, o Sumo Bem está colocado no ato, porque pode existir um estado de ânimo sem produzir bom resultado: "Como no homem que dorme ou que permanece inativo; mas a atividade virtuosa, não: essa deve necessariamente agir, e agir bem". Sendo a felicidade a melhor, a mais nobre e a mais aprazível coisa do mundo e tendo-a identificado como uma atividade da alma em consonância com a virtude, não sendo propriamente a felicidade a riqueza, a honra ou o prazer etc.; a felicidade necessita igualmente desses bens exteriores, porque é impossível realizar atos nobres sem os meios: "O homem feliz parece necessitar também dessa espécie de prosperidade; e por essa razão, alguns identificam a felicidade com a boa fortuna, embora outros a identifiquem com a virtude (BINI, 2014. p. 49)

Portanto, é preciso, assim, concluir que o fim das atividades humanas e o bem que se busca é a felicidade.

O bem devido e buscado

Aristóteles percebeu que não poderia haver apenas bens secundários, um bem desejado em função de outro. Era necessário que existisse um fim último para a

ação humana. A esse fim último, Aristóteles refere-se como Sumo Bem, “o melhor dos bens”, vejamos:

Se, portanto, uma finalidade de nossas ações for tal que a desejamos por si mesma, ao passo que desejamos as outras somente por causa dessa, e se não elegemos tudo por causa de alguma coisa mais (o que, decerto, prosseguiria ao infinito, de sorte a tornar todo o desejo fútil e vão), está claro que se impõe ser este o bem e o bem mais excelente. (BINI, 2014. p. 46).

Conforme Castanheira, Aristóteles faz repousar sobre uma tese bem conhecida todo o edifício da sua moral; efetivamente, embora a tese não seja sua originalmente, ela reflete o seu ponto de vista e, por isso, é retomada, ainda que com contornos e implicações diversas. Ao contrário de Platão, que retirava desta impossibilidade de prosseguir até ao infinito a existência de um primeiro bem universal, um primeiro desejável ao nível da transcendência, Aristóteles afirma aqui que há um bem, um fim, que integra dinamicamente todas as ações particulares.

Mas afirma, simultaneamente, que esse fim, embora ele mesmo uma atividade auto referencial, não é um universal, um transcendente; pelo contrário, ele impõe-se como uma atividade de convergência de todas as finalidades que é imanente à própria ação particular, ou seja, o fim supremo de toda a ação particular instala uma tensão entre si mesmo e aquele que age, por intermédio da ação. Quer isto dizer que todo o agir particular projeta em si a possibilidade de realização completa da função própria daquele que age nesse momento, ou seja, o bem supremo é um projeto de completude que, a um tempo, desencadeia e determina, é causa eficiente e final de cada vez que agimos, de toda a ação concreta. (CASTANHEIRA, 2017).

Para Faitanin e Veiga, retomando o princípio do livro da *Ètica a Nicômac*, "o bem enquanto aquilo para o qual todas as coisas tendem (*quod omnia appetunt*)" (BINI, 2014. p. 45). O bem é definido como sua relação com o apetite; ele não se encontra propriamente na nossa alma, como o verdadeiro em relação ao intelecto, mas se encontra na própria coisa. Assim, o bem e o ser são convertíveis, pois o bem implica a razão de apetibilidade do ser existente na coisa. "O bem é abertura do ser para o ser desejado, não necessariamente do ponto de vista moral, mas enquanto é metafisicamente bom (BINI, 2014. p. 45).

Portanto, Aristóteles indaga a respeito do bem buscado:

E não será o conhecimento dele muito importante do ponto de vista prático para a vida? Não nos tornará ele melhor capacitados para atingir o que devemos, como arqueiros que têm um alvo no qual mirar? Se assim for, temos que tentar definir, ao menos num delineamento, o que é esse bem mais excelente e qual das ciências especulativas ou práticas é ele o objeto (Bini, 2014. p. 46).

Por isso mesmo, a felicidade é um fim único, final, pleno, não é o resultado de uma soma de bens; a felicidade é o bem humano final porque tem um valor incomparável a qualquer outro bem, pois é o único que não carece de nada fora de si mesmo, sendo perfeitamente capaz - ainda que não seja independente das condições externas, como vimos - de satisfazer todas as carências e aspirações do homem(CASTANHEIRA, 2017).

A felicidade não é algo simples

A felicidade consiste na plena realização das próprias capacidades. Partindo deste princípio, retomemos ao que Aristóteles demonstrara (pois já citamos acima quando falamos da felicidade como bem e fim das atividades humanas) que a felicidade do homem não pode consistir nas riquezas, nem nas honrarias, nem nos prazeres, porque nenhuma dessas coisas representa a plena realização das capacidades humanas.

Mas quanto ao que é a felicidade a matéria é polêmica, e o que entende por ela a multidão não corresponde ao entendimento do sábio e sua avaliação. As pessoas ordinárias a identificam com algum bem claro e visível, como o prazer, ou a riqueza ou a honra, fazendo diferentes comentários entre si; com muita frequência, o mesmo indivíduo refere-se a itens distintos quanto a ela: quando fica doente, pensa ser a saúde a felicidade; quando é pobre, julga ser a riqueza. Quando conscientes de sua própria ignorância, os [indivíduos comuns] admiram aqueles que propõem algo grandioso que ultrapassa a compreensão deles. De fato, alguns pensam que ao lado das muitas coisas boas indicadas há um outro bem, bem em função de si mesmo, que é a causa de serem bons todos aqueles bens. (BINI, 2014. p. 49).

Para Mondin, (1981. p. 108) o homem é um ser racional. Consequentemente o seu bem ou a sua felicidade (*eudaimonia*) deve consistir na atuação da razão. Segundo Aristóteles, a perfeita atuação da razão verifica-se na contemplação. Logo, a verdadeira

felicidade é constituída pelo prazer junto com a contemplação, em harmonia com contemplação e a seu serviço.

Mas, explica Mondin, "não só na contemplação, porque o homem não é pura razão, nem puro espírito, mas também carne e sentidos"(MONDIN, 1981. p. 108). Para que o homem seja realmente feliz é necessário que sejam satisfeitas todas as suas faculdades, também as dos sentidos. A satisfação dos sentidos chama-se prazer. Logo, a verdadeira felicidade é constituída pelo prazer junto com a contemplação, em harmonia com a contemplação e a seu serviço (MONDIN, 1981. p. 108).

As riquezas não são indispensáveis para a felicidade, embora certas quantidades de bens sejam necessários para que seja possível ao homem entregar-se à contemplação sem ser perturbado por outras preocupações.

Como se vê, o ideal aristotélico de felicidade é semelhante ao ideal descrito por Platão no "Filebo": é uma mistura dosada de prazer e de razão. É um ideal bem menos ascético do que descrito por Platão na "República" e do que o seguido por Sócrates (MONDIN, 1981. p. 108).

Aristóteles não crê que o justo seja propriamente feliz no meio dos sofrimentos.

O meio para se conseguir a felicidade é a virtude, Aristóteles entende por virtude "o hábito de escolher o justo meio". Quem o estabelece é o sábio. A definição completa soa assim: "A virtude é um disposição para escolher; ela consiste na escolha do justo meio relativo á nossa natureza, efetuada segundo um princípio racional e fixado pelo homem prudente

Aristóteles herda o conceito de virtude ou excelência de seus antecessores, Sócrates e Platão, para os quais um homem deve ser senhor de si, isto é, ter autocontrole (autarquia). Trata-se do modo de pensar que promove o homem como senhor e mestre dos seus desejos e não escravos destes. O homem bom e virtuoso é aquele que alia inteligência e força, que utiliza adequadamente sua riqueza para aperfeiçoar seu intelecto. Não é dado às pessoas simples nem inocentes, tampouco aos bravos, porém tolos. A excelência é obtida através da repetição do comportamento, isto é, do exercício habitual do caráter que se forma desde a infância (MONDIN, 1981. p. 108).

Segundo Aristóteles, as qualidades do caráter podem ser dispostas de modo que identifiquemos os extremos e a justa medida (MONDIN, 1981. p. 108). Por exemplo, entre a covardia e a audácia está a coragem; entre a belicosidade e a bajulação

está a amizade; entre a indolência e a ganância está a ambição etc. É interessante notar a consciência do filósofo ao elaborar a teoria do meio-termo. Conforme ele, aquele que for inconsciente de um dos extremos, sempre acusará o outro de vício. Por exemplo, na política, o liberal é chamado de conservador e radical por aqueles que são radicais e conservadores. Isso porque os extremistas não enxergam o meio-termo.(MONDIN, 1981. p. 108)..

Portanto, concluímos com o pensamento de Cabral que avalia afirmando o seguinte: seguindo o famoso lema grego “Nada em excesso”, Aristóteles formula a ética da virtude baseada na busca pela felicidade, mas felicidade humana, feita de bens materiais, riquezas que ajudam o homem a se desenvolver e não se tornar mesquinho, bem como bens espirituais, como a ação (política) e a contemplação (a filosofia e a metafísica). (CABRAL, 2017).

Em que consiste a felicidade

Conforme Paulo César Nodari, Aristóteles apresenta uma hierarquia de bens, os quais ele os divide em: bens relativos e intrínsecos ao homem. Os relativos são aqueles necessários para a vida cotidiana (bens materiais, prazeres vitais etc). Estes mudam constantemente, pois sempre desejam outros e maiores. Já os bens intrínsecos não visam outros porque eles são autossuficientes, ou seja, os bens intrínsecos são bens supremos (NODARI, 1997, p. 390).

Para Aristóteles, conforme Nodari, a felicidade é um fim último. Ela é, portanto, um bem supremo que todos desejam. Segundo ele, há uma diversidade de compreensão, por parte dos homens, acerca da natureza da felicidade. Muitas pessoas confiam que a felicidade está nos prazeres; outras nas honrarias e riquezas. Sobre ela, há também divergências: alguns a identificam com coisas diferentes, dependendo das circunstâncias (Nodari, 1997, p. 390).

Assim, salienta o Estagirita:

A maioria pensa que se trata de algo simples e óbvio, como o prazer, a riqueza ou as honrarias; mas até as pessoas componentes da maioria divergem entre si, e muitas vezes a mesma pessoa identifica o bem com coisas diferentes, dependendo das circunstâncias – com a saúde,

quando ela está doente, e com a riqueza quando empobrece (Bini, 2014, p. 49).

Estes bens (dinheiro, prazeres, honrarias, saúde etc), são denominados por Aristóteles de bens relativos. Eles são apenas pré-requisitos para atingir a felicidade e, portanto, são meios para se chegar ao fim último (Bem Supremo). Dessa forma, esses bens não são negados na sua teoria, mas entendidos como bens necessários para o homem obter uma vida feliz. Sendo assim, em boa medida, poderíamos afirmar que o homem que possui amigos, família, casa, emprego, estudo, carro, saúde etc, possivelmente terá boas condições para viver feliz (Nodari, 1997, p. 390).

Nesse sentido, aponta Aristóteles:

Mas evidentemente, como já dissemos a felicidade também requer bens exteriores, pois é impossível, ou na melhor das hipóteses não é fácil, praticar belas ações sem os instrumentos próprios. Em muitas ações usamos amigos e riquezas e poder político com instrumentos, e há certas coisas cuja falta empana a felicidade – boa estirpe, bons filhos, beleza – pois o homem de má aparência, ou mal nascido, ou só no mundo e sem filhos, tem poucas possibilidades de ser feliz, e tê-las-á ainda menores se seus filhos e amigos forem irremediavelmente maus ou se, tendo tido bons filhos e amigos, estes tiverem morrido. Como dissemos, então, a felicidade parece requerer o complemento desta ventura, e é por isto que algumas pessoas identificam a felicidade com a boa sorte, embora outras a identifiquem com a excelência (Bini, 2014, p. 61).

Dando um passo a mais na discussão do Livro I da *Ética a Nicômaco*, diz Aristóteles, o homem possui um elemento essencial que o diferencia dos outros seres vivos. O que o difere dos outros seres é a racionalidade. Ele é constituído, portanto, de razão e isto lhe é peculiar, pois nenhum animal ou vegetal possui esta disposição natural que lhe pertence. Em que consiste a racionalidade no pensamento aristotélico e em que ela contribui para a felicidade humana? (MONDIN, 1981, p. 108).

Segundo Paulo César Nodari, a racionalidade é uma faculdade extremamente fundamental e central na compreensão de felicidade, pois “a atividade racional constitui a natureza própria da felicidade” (MONDIN, 1981, p. 108).

Dotado de razão, o homem carrega consigo toda a potencialidade de ser um homem virtuoso. Para Aristóteles, a virtude é a uma atividade da alma responsável pelo agir do homem e é adquirida pelo hábito. Dessa maneira, é agindo virtuosamente que o homem se torna virtuoso. É escrevendo constantemente que se torna um bom escritor.

Portanto, a virtude adquirida pelo hábito e aperfeiçoada pela razão é a excelência moral do homem e por ela se alcança a felicidade(cf. MONDIN, 1981. p. 108).

Assim, comenta Nodari:

O que faz a marca específica do homem é o pensamento e a razão que o seguem. É a atividade intelectual. Nesta encontra-se a fonte principal das alegrias do homem, ou seja, a fonte donde provém a verdadeira felicidade. Com efeito, a felicidade do homem consiste no aperfeiçoamento da atividade que lhe é própria, ou seja, na atividade segundo a razão. O homem deve, então, subordinar o sensível ao racional. A subordinação da atividade sensível à atividade racional se impõe. É o preço da felicidade humana e a condição da moral humana. Portanto, para ser feliz, o homem deve viver pela inteligência e segundo a inteligência (Nodari, 1997, p. 390).

A pergunta latente da ética é: como atingimos a felicidade? No entanto, para Aristóteles, a felicidade é um bem imanente e realizável pelo homem e para o homem. Assim sendo, a felicidade é atingida pelo homem quando as suas ações estão em conformidade com a atividade racional.

Como buscar a felicidade

Contudo, uma vez definido o que é felicidade e sua consciência, se faz necessário apresentar como, para Aristóteles, buscamos ser felizes. De que modo um indivíduo pode tornar-se feliz? Para recapitular em linhas gerais o que foi dito, Aristóteles iniciou uma investigação acerca das ações humanas. Para ele, as ações humanas têm uma razão, um propósito: uma finalidade última. Essa finalidade última das ações humanas é identificada com a felicidade. Isso significa que todas as ações humanas, por mais múltiplas e plurais que possam ser, têm em vista, ulteriormente, uma única coisa, a saber, a felicidade.

Entretanto, para nós ainda não está muito claro como que um indivíduo pode tornar-se feliz, como pode buscar a felicidade. Ele pode ter esclarecido o que significa em uma vida completa, mas o resto ainda está muito confuso! Que atividade da alma é essa? O que é virtude, então?

Por isso vamos ver o que afirma o Estagirita:

Se a felicidade consiste na atividade virtuosa, é razoável que seja de acordo com a virtude maior, e esta será a virtude do mais excelente contido em nós. Se é o intelecto ou outra coisa que consideramos ser nosso governante e guia natural e que é capaz de pensar o que é nobre e divino, ou se é ele próprio também divino, ou apenas a parte mais divina dentro de nós - será a atividade dessa parte de nós em harmonia com a virtude que lhe é inerente que constituirá a perfeita felicidade. (BINI, 2014, p. 375).

Zingano, refletindo as palavras de Aristóteles, garante que: analisar o que é a virtude e em que consiste essa atividade da alma é fundamental para compreender a felicidade e como um indivíduo pode tornar-se feliz (Zingano, 2008.p.28). Segundo ele, a alma possui três divisões: a nutritiva, responsável pelo crescimento; a impulsiva, que necessita obedecer a racional; e racional, que comanda a alma. A primeira em nada diz respeito às ações virtuosas, na medida em que opera, sobretudo durante o sono, para tratar das questões nutritivas do corpo, como o crescimento; deste modo, não diz respeito à atividade da alma relativa à virtude. A segunda, por seu turno, diz respeito aos desejos: aos apetites, aos impulsos e ao querer, que podem atrapalhar a alma e puxá-la para longe da razão. No homem temperante, entretanto, essa parte obedece a terceira, submetendo-se completamente ao exercício da razão, proporcionando ao homem a possibilidade da atividade da alma que diz respeito à virtude: (Zingano, 2008. p. 28).

Encontramos a atividade da alma! Esta atividade consiste em uma atividade racional, reflexiva, porém sem ser um intelectualismo teórico. Pelo contrário, trata-se do que a filosofia moderna chamará de razão prática: a atividade intelectual que nos possibilita refletir e ponderar acerca de como agir (Zingano, 2008. p. 28).

Agora que já sabemos o que é a atividade da alma, precisamos entender o que é virtude. Para começar, a virtude, assim como a alma, também terá uma divisão: a virtude intelectual e a virtude moral. A que nos interessa aqui é a virtude moral. A natureza da virtude moral é fundamentalmente diferente da intelectual. Apesar de não importar para nós o que é a virtude intelectual neste momento, Aristóteles apresenta sua natureza como adquirida e aumentada em grande parte através do ensino. A virtude moral, por sua vez, resulta do hábito, da atividade (Zingano, 2008. p. 28). Ele dirá que a virtude moral resulta de praticar frequentemente atos virtuosos. Torna-se justo aquele que pratica ações justas; temperante aquele que pratica ações temperantes. Portanto, um

indivíduo torna-se virtuoso por praticar ações virtuosas. Dessa forma que se deve buscar a felicidade (Zingano, 2008. p. 28).

Qual é a forma do bem

Aristóteles afirma, automaticamente, que o bem está nas coisas e se revela nas coisas:

Retornemos ao bem que buscamos e tentemos descobrir o que possa ser ele; de fato, o bem se revela uma coisa numa ação ou arte e outra coisa numa outra ação ou arte [...] Qual é, afinal, o bem em cada uma? Não será aquilo que determina a criação de tudo o mais? (BINI, 2014, p. 56).

Conforme apontado acima, a felicidade é o bem supremo, autossuficiente, desejado por si e por causa de si e nunca em vista de outro bem. Ela é adquirida constantemente. Não é algo estanque, mas um movimento de ação que dá vitalidade ao homem. Portanto, a felicidade é um bem propriamente humano e essencial para a vida do homem. Todas essas considerações acerca da felicidade são aproximações parciais da felicidade, porque a virtude, a justiça, os bens da alma e os bens exteriores, são bens relativos à ação individual de cada homem. Entretanto, nenhum homem só consegue ser feliz plenamente.

Por isso, Aristóteles enfatiza que o homem é por natureza um ser político, o qual não consegue viver sozinho, por isso ele realizaria a sua felicidade plena na polis. Assim, é na cidade (polis) que acontece a completude da felicidade, porque o homem somente pratica as ações virtuosas na polis e não teria sentido algum ele ser virtuoso se não fosse pelo motivo de compartilhar com os demais cidadãos.

Segundo Aristóteles, a felicidade entendida na polis deve visar sempre ao bem comum dos cidadãos. Quem age em vista do bem comum vive feliz. Portanto, "a felicidade é a arte de viver bem e é o bem supremo sob o qual todas as ações do homem estão voltadas". (Nodari, 1997, p. 292).

Em suma, afirma Nodari, a felicidade não é um bem realizável totalmente, mas é um bem que se busca constantemente na ação de viver. (Nodari, 1997, p. 292). Portanto, no Livro I da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles apresenta uma hierarquia de bens, relativos e intrínsecos ao homem, os quais são classificados em insuficientes e autossuficientes. A partir dessa classificação, ele define a felicidade como um bem

autossuficiente, um fim intrínseco ao homem e um bem supremo. Assim, a felicidade é um fim último e um bem supremo que todos os homens desejam (Nodari, 1997, p. 293).

O bem é atingível pela atividade

Este bem que, em Aristóteles, já compreendemos ser a felicidade, o homem o alcança por suas atividades? Como ele pode atingir este bem? Este bem está dentro dele ou está fora? Tentaremos no decorrer deste parágrafo responder estas perguntas necessárias.

Iniciemos citando Aristóteles:

Ademais, as coisas que nos são transmitidas pela natureza temos-las primeiramente como potência, e nós exibimos sua atividade posteriormente (o que claramente ocorre com nossos sentidos: com efeito, não adquirimos a visão ou a audição por ver ou ouvir frequentemente, porém, antes, porque possuímos os sentidos principiamos a empregá-los; não os obtivemos por força do seu uso). (BINI, 2014, p. 81 - 2).

Importa perceber que para falar de atividade humana destaca-se a palavra hábito. Por isso nos ajuda as palavras de Da Paz quando diz: "Hábito. O hábito de agir virtuosamente é fundamental para que o indivíduo seja virtuoso" (DA PAZ, 2017). É o hábito que indicará as disposições de agir virtuosamente. Já que a virtude não se adquire através do ensino, muito menos estaria em nós previamente em potência, ela é adquirida através do hábito. Ora, das coisas que existem em nós previamente por natureza, não podemos mudá-las com o hábito. Por exemplo, a natureza da pedra é ser pesada e, segundo Aristóteles, tender para baixo quando arremessada. Podemos mudar sua natureza com o hábito? É claro que não. Podemos lançar uma pedra um milhão de vezes, ela não se habituará a "cair para cima".(DA PAZ, 2017).

Conforme ainda DA PAZ, ser virtuoso, então, significa praticar ações que criem o hábito de praticarmos essas próprias ações. Em outras palavras, um indivíduo que faz uma ação virtuosa não é virtuoso, mas aquele que a faz sempre. E por que ele faz sempre? Porque ele já adquiriu, através do hábito, a disposição para agir virtuosamente. Isso permite Aristóteles definir a virtude moral como a disposição para fazer aquilo que lhe cabe fazer bem. No caso do homem, o que lhe cabe fazer bem?

Aristóteles diz que é agir moderadamente, de acordo com uma deliberação racional. Portanto, a virtude é a disposição de escolher por deliberação um meio para agir de acordo com certa seriedade, tendo em vista o meio termo para nós. Chegamos ao ponto que buscávamos! Felicidade é a atividade da alma, na virtude, em uma vida completa. Traduzindo: felicidade é a atividade racional, que escolhe reflexivamente ações que desenvolvem a disposição de agir na mediada de, no meio termo, em uma vida completa, já que estará disposto a sempre agir assim. (DA PAZ, 2017).

Podemos assim concluir que, segundo Aristóteles, o homem alcança a felicidade porque nele existe meio natural e, além do mais, por intermédio dos hábitos adquire virtudes que o levarão a tal destino completo e final: a vida feliz (BINI, 2014, p. 82).

Ao que concluimos com as palavras de Aristóteles:

Através da ação em meio ao perigo e ao formar o hábito do [sentimento] do medo ou [daquele] da autoconfiança que nos tornamos corajosos ou covardes. [...]. Em síntese, nossas disposições são geradas por atividades semelhantes. Conseqüentemente, nos compete controlar nossas atividades do ponto de vista qualitativo, já que isso determina a qualidade de nossas disposições. Não é, portanto, de pouca importância se somos educados desde a infância mediante certos hábitos ou outros; é, ao contrário, de imensa, ou melhor, de total importância (BINI, 2014, p. 82 - 3).

À felicidade se chega com esforço

É possível indicar que o ser humano é o único animal que possui controle de suas atitudes, realiza escolhas intencionais e deve, portanto, considerar o prazer e o sofrimento de cada escolha com moderação (BOVETO, 2010, p. 14).

Com efeito, a virtude moral diz respeito a prazeres e dores. De fato é devido ao prazer que realizamos ações vis e devido à dor que deixamos de realizar ações nobres. Daí a importância, segundo Platão, de ser especificamente educado desde a infância a gostar e não gostar das coisas: nisso consiste efetivamente a educação correta. Ademais, se as virtudes têm a ver com ações e paixões e toda paixão e toda ação são acompanhadas por prazer e dor, é por conta disso também que a virtude diz respeito ao prazer e à dor (BINI, 2014, p. 85 - 6).

Segundo Aristóteles, é pelo prazer e pelo sofrimento que praticamos coisas dignas ou indignas e o sofrimento nos leva a deixar de realizar uma ação virtuosa. Assim, a inclinação para o prazer é algo que está arraigado ao ser humano desde a infância e regula suas ações. Por este motivo, o conjunto de hábitos no qual a criança é educada é ressaltado pelo Filósofo como algo de suprema importância. Se a natureza humana é seguir a razão, portanto, é essencial que o homem aprenda, desde cedo, a apreciar a virtude e as boas ações (BOVETO, 2010, p. 14).

Neste sentido, segundo BOVETO (cf. 2010, p.15), Aristóteles principia o livro II da *Ética a Nicômaco*, indicando que a virtude pode possuir duas naturezas: intelectual e moral. A primeira adquire-se pela instrução; a segunda, pelo hábito. A natureza nos dá a potência/capacidade de receber virtudes morais, mas a capacidade de agir de acordo com elas só pode ser adquirida pelo hábito.

Importante também abordar a respeito dos hábitos que Josemar Lorenzette afirma conferir ao homem o seu caráter:

Há uma distinção a ser introduzida na questão da responsabilidade humana: "não é da mesma maneira que as ações e os hábitos são de pleno consentimento, nós somos senhores de nossos atos, do princípio ao fim. Mas dos nossos hábitos, só somos senhores do princípio"(BINI, 2014, p. 375). O ato, na sua inteligibilidade, depende de mim, porque tenho um domínio sobre as consequências diretas desse último; em compensação, não posso antecipar precisamente todas as consequências indiretas dos hábitos que assumi. Meu caráter me é imputável, posto que agindo, não posso ignorar que forjo também meus hábitos, mas, enquanto sou senhor dos meus atos a cada instante, não posso transformar meu caráter a todo o momento: isso equivale a dizer que não tenho caráter. Dessa forma, parece que no final de certo tempo, o caráter ficou a tal ponto marcado que parece impossível transformá-lo. Surge, dessa forma, o problema da perfectibilidade do caráter, pois, a responsabilidade humana pode ser simples quimera?

Assim sendo pode-se apontar dois problemas: primeiramente, cada homem é autor de seus atos enquanto é agente que se determina a um fim. Ora, o que dirige a escolha intencional não é outra coisa senão o caráter; pode-se dizer que o homem é causa de seus atos enquanto agente que consente, não é de fato seu caráter que determina sua decisão, constituindo a verdadeira causa do ato? Conforme Aristóteles o contrário também é verdadeiro:

Ao injusto e ao intemperante, ser-lhe-ia possível, no princípio, não se tornarem tais; é por isso que o são com pleno consentimento; mas,

uma vez tornados tais, não lhes é mais possível não sê-lo (BINI, 2014, p. 122).

O caráter perde muito depressa sua leveza e flexibilidade, para se cristalizar e se tornar a maneira habitual de escolher e, finalmente, de agir. Pode-se entender que o caráter nos constrange a continuar o que já começamos, isso não é dizer que só há escolha aparente?

Esse sentimento se reforça se analisarmos o segundo problema. Para Aristóteles o início da formação do caráter é a infância. "Não é indiferente ter sido, desde a infância, habituado a ser assim ou de outro modo; antes, é da maior importância, ou melhor, é tudo" (BINI, 2014, p. 83).

Parece que o elemento para distinguir o jovem do adulto é que o primeiro age para formar seu caráter, enquanto o segundo age a partir do seu caráter, com a intenção de realizar seu fim, ser feliz. Contudo, na medida em que os fins visados dependem do caráter, as decisões do adulto parecem inteiramente determinadas pelo condicionamento educativo que teve lugar na infância, numa idade em que o ser humano é como que estranho para si mesmo. Logicamente, a única obra moral a escrever deveria ter sido uma Pedagogia.

Mas não é precisamente esse caso. Aristóteles quis escrever uma ética, cujo projeto é claro: é uma obra dirigida aos adultos, que examina como nos tornar bons, de maneira a realizar o fim de todo homem, a felicidade. A vida moral é um assunto de adultos.

Aprofundando LORENZETTE diz:

Isso significa que o caráter do jovem, formado pelos hábitos impostos pelo educador, não é ainda vicioso ou virtuoso. No melhor dos casos, prefigura a virtude futura pelo amor ao belo, pela justiça do gosto ou a nobreza das paixões: com efeito, são as disposições em face das paixões que são objeto da vida mais que as que interessam às ações. A virtude e o vício só se desenvolvem através dos atos de que só o adulto é capaz, porque se realizam principalmente no quadro da vida cívica ou militar. O princípio que estava em questão não é, como sugerimos antes, a infância, mas a entrada na idade adulta, na idade em que se tomam as primeiras decisões, em que se realizam os primeiros atos verdadeiros. Sem negar, evidentemente, a influência do caráter adquirido pela educação, pode-se considerar que, entrando na vida adulta, o homem começa alguma coisa, propõe e visa fins: torna-se verdadeiro autor de seus atos, responsável por aquilo que faz e por aquilo que é. Há, nesse momento, descontinuidade na vida humana; é pela docilidade ou rebelião que o jovem adquire boas ou más

disposições em face das paixões, mas é por suas decisões que o adulto adquire vício ou virtude, isto é, um caráter moral.

Sem colocar em questão a ideia da responsabilidade, não se pode dizer que ao fim de certo tempo é o caráter do adulto quem determina seus atos virtuosos, e não o inverso? O hábito cria um peso tal que só se pode repetir o que já se fez: ao longo do tempo, cada um amplifica o que começou, melhorando sempre mais ou caindo na decadência maior. Para nos tornarmos bons, a exigência ética teria então seu campo de atuação reduzido, posto que estaria reservada àqueles que tivessem iniciado bem, àqueles que muito cedo tomaram a boa direção; quanto aos outros, só se poderia constatar seus vícios, suas fraquezas, suas incoerências etc... e nos esforçamos em criar as inconveniências graças a certos caracteres implícitos. Assim, a ética aristotélica seria uma ética reservada a alguns eleitos bem educados e que condenaria os outros a um encadeamento tático? Há, ao contrário, para todo homem, digamos, para toda pessoa, possibilidade de conversão ou de revolução moral, ao menos de modificação do futuro, de melhoramentos?

Devemos reconhecer que, assim formulada, essa questão é mais um problema proposto a Aristóteles, diferentemente daquilo que ele se propunha a refletir. Isso porque a ética se dirige, primeiramente, àqueles que começaram bem sua vida adulta. Contudo, quando nos atemos a seguir os exemplos desenvolvidos na *Ética à Nicômaco*, constatamos que a proposta de Aristóteles é mais leve. Primeiro, se em princípio o homem perfeitamente virtuoso ou completamente pervertido parece estar ao abrigo de toda mudança, esta virtude e esse vício constituem casos limite extremamente raros. Depois, a continência e a incontinência entre as quais oscilam a grande maioria dos homens são objeto de interesse particular da parte de Aristóteles.

Ora, aqui os progressos e as quedas são frequentes. Pode-se supor que, malgrado sua permanência, o caráter não é imutável, é suscetível de certa reversibilidade; é a esse preço que a ética adquire toda sua importância

Portanto, concluímos com as palavras de Aristóteles quando diz: " A [felicidade,] como afirmamos, requer virtude completa e vida completa" (BINI, 2014, p. 66).

A FELICIDADE E AS VIRTUDES

Para introduzir este tema importa conferir os conceitos de Paula Inácio quando diz: "Já que a felicidade é o conjunto da boa prática das ações virtuosas, é importante conhecer a natureza das virtudes". O homem político estuda a virtude, pois representa o desejo de agir para que os cidadãos sejam bons e felizes, enquanto obedientes às leis. "A virtude humana diz respeito à virtude da alma, e consideramos a felicidade uma atividade da alma que faz com que se pratiquem ações virtuosas. O político deve conhecer a alma, assim como um médico deve conhecer o corpo humano, mas ao político daremos maior crédito, porque trabalha com algo mais grandioso, que é a alma humana. O político deve estudar a alma visando à felicidade (as virtudes humanas). Diz-se da alma que ela possui duas partes, que uma é racional e outra é irracional (privada de razão), e que essas partes são completamente diferentes, mas que é impossível repará-las.

Vamos ao texto no *Ético* onde Aristóteles afirma o seguinte:

Sendo a virtude de dois tipos, nomeadamente, intelectual e moral, deve-se a produção e ampliação da primeira, sobretudo à instrução, exigindo isso consequentemente experiência e tempo. A virtude moral ou ética é o produto do hábito, sendo seu nome derivado, com uma ligeira variação, dessa palavra. E, portanto, fica evidente, inclusive, que não é a natureza que produz nenhuma das virtudes morais em nós, uma vez que nada que seja natural é passível de ser alterado pelo hábito (BINI, 2014, p. 81)

Conforme os comentários de Alberto A. Arroyo, as virtudes intelectuais (dianoética) são excelências, fazem com que nosso conhecimento seja excelente. Entre estes tipos de virtudes de Aristóteles uma é de enorme importância para a vida prática: a prudência (Platão como a virtude própria da razão, a parte superior da alma) a qual determina atinadamente que é o correto e adequado no âmbito prático da conduta, para nos acostumar a razoar se procede a um estudo matemático. Arroyo considera também que "as virtudes morais aperfeiçoam o caráter, o modo de ser e de comportar-se". Fazem com que o caráter do homem seja excelente. Estas virtudes ou excelências morais são disposições estáveis (hábito de eleger), que nos facilitam em cada caso o mais correto e conveniente (vemos aqui uma clara postura na que Aristóteles se acerca ao relativismo), e isto consiste sempre em um meio-termo entre ações ou atitudes

extremas, que deve ser racionalmente estabelecido (cabe ressaltar a conexão com a virtude dianoética, ao não se aceitar a imposição universal de contextos morais). A prudência, a sabedoria prática são as que determinam onde se acha o meio-termo, diante do que Aristóteles afirma: "toda virtude não torna apenas a própria coisa boa, como também faz com que ela desempenhe sua função bem" (BINI, 2014, p. 91).

Arroyo conclui:

As diferentes virtudes constituem um meio-termo razoável entre duas posições extremas, por conseguinte a moderação constitui o meio-termo entre o desengreno e um rigor excessivamente repressivo ou insensível ao prazer. Aristóteles se desmarca de Platão e Sócrates ao afirmar que a felicidade depende da virtude e admite que ao ter um maior grau de conhecimento a eleição seria mais correta, ou seja, virtude e razão se juntam para tornar o homem feliz.

Como ser feliz

Tendo Aristóteles afirmado que para o homem ser feliz é necessário compreender que: "A [felicidade,] [...] requer virtude completa e vida completa" (BINI, 2014, p. 66), ele também faz uma exposição prática de como ser feliz quando alega que a "virtude é um estado de vida" (BINI, 2014, p. 90). O próprio Aristóteles explica ainda que esse "estado" na sua "espécie de bom tornará o "ser humano bom" e apto para agir também com bondade em tudo o que fizer (BINI, 2014, p. 91). Conforme Vieira Marques, Aristóteles, para conceituar a ética como foi tratada por ele a partir de sua principal obra - *Ética a Nicômaco*, para ser feliz é preciso viver eticamente.

Depois de saber - a sabedoria é uma virtude moral - é preciso estabelecer o justo meio, ou meio termo. Nem o excesso, nem a deficiência: é preciso encontrar o equilíbrio. Só o sábio é capaz de encontrar este equilíbrio. A sapiência é uma virtude intelectual. Conhecer e chegar à sapiência ainda não basta para ser feliz. Aristóteles deixa bem claro que não realizou seu trabalho só para saber o que é a virtude em sua essência. E sim para praticar. Ou seja: é preciso praticar, ser bom e promover o bem.

Como corolário da excelência, como exercício ou aprendizado, ainda assim a felicidade é algo divino e quem tiver potencialidade para a excelência poderá atingi-la com aprendizado e esforço. Nossa escolha diante do bem e do mal é que nos faz homens de um certo caráter.

E isto deve ser feito segundo a razão. O objetivo da escolha e o objeto da deliberação são uma coisa só: aspiramos aos fins, deliberamos os meios. Para isso será preciso discernimento - que é uma virtude intelectual.

Mas, enfim, interroga Vieira Marques, como devemos viver? A primeira indicação é que devemos viver de acordo com as virtudes, de preferência a melhor delas. Para alguns, a melhor é a justiça. Para outros, a prudência. Em relação à maioria das virtudes é importante observar o meio termo, que deve ser encontrado em cada uma delas. Esse equilíbrio em relação às virtudes morais pressupõe uma virtude dianoética ou virtude intelectual: a sapiência, a capacidade de distinguir entre um lado e outro, entre o exagero e a deficiência.

É o intelecto que nos vai guiar na busca do equilíbrio. Giovanni Reale nos diz que é na contemplação intelectual que o homem alcança o vértice das suas possibilidades e atualiza o que há de mais elevado nele. A felicidade da vida contemplativa nos leva para além do humano, realizando uma tangência com a divindade, cuja vida só pode ser contemplativa.

Então, se o homem viver de acordo apenas com as virtudes morais terá uma felicidade secundária, humana. Devemos agir como se fôssemos imortais e nos esforçar ao máximo para viver de acordo com o que há de melhor em nós. Ou seja: o intelecto. A felicidade deve ser alguma forma de contemplação. E o que vem a ser a vida contemplativa? Reale deixa essa questão bem clara, mostrando que viver a nossa parte divina, como prega Aristóteles, significa a contemplação do próprio Deus, que é a suprema racionalidade. Vejamos:

Mas em Aristóteles há, ademais, a tematização da tangência da vida contemplativa com a vida de Deus, que faltava em Platão, a quem faltava, como vimos, o conceito de Deus como Mente absoluta e pensamento do pensamento. Assim, o preceito platônico de que o homem deve, quanto possível, assimilar-se a Deus significa contemplar o verdadeiro tal como Deus o contempla, ou, como explicita a *Ética Eudêmica*, contemplar o próprio Deus, que é a suprema racionalidade (REALE. p. 421).

Em suma: é preciso conhecer-se, conhecer as virtudes, praticá-las. A sapiência nos dará o justo termo ou o equilíbrio. Via razão, chegamos, assim, à contemplação, à racionalidade. Já não somos apenas homens. E vivendo segundo a divindade que há em nós, a prática do bem será tão normal quanto respirar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que os critérios de Aristóteles pareçam exigentes talvez possamos, todavia, supor que há um candidato óbvio ao bem último para os seres humanos. Esta razão final e última para toda a nossa ação é simplesmente a nossa felicidade: todos desejamos ser felizes. Desejamos a felicidade por si mesma, e não em função de qualquer outra coisa além dela; procuramos outros bens em função da felicidade; se tivermos atingido a felicidade, a felicidade genuína, então as nossas vidas estão completas e nada lhes falta; a felicidade, só por si, é suficiente para fazer das nossas vidas boas (Ética a Nicômaco, 1097a 30-b8). É por isso, na verdade, que desejamos a felicidade acima de tudo o mais. Além disso, é por isso que a pergunta “Sim, mas por que queres ser feliz?” é ociosa. No domínio do comportamento dotado de propósito, as perguntas “por que” chegam ao fim com a felicidade.

Conforme Christopher Shields, para algumas sensibilidades modernas a sugestão de que alguém possa estar enganado quanto à sua própria felicidade parece prepostera à primeira vista. Afinal, eu decido o que me faz feliz; e eu sei quando estou feliz e quando não o estou. Só eu posso ajuizar se estou feliz, e sempre que esse é o meu juízo então está de fato feliz. Com certeza que não cabe ao filósofo, sentado no seu gabinete de trabalho da universidade, decidir essas questões por mim. Pelo contrário, contesta Aristóteles, cabe ao filósofo determinar a natureza da felicidade, dado que esta, como outros conceitos éticos centrais, é susceptível de análise. Duas características desta abordagem ajudam a explicar por que razão Aristóteles dá continuidade ao seu trabalho partindo deste pressuposto.

Para ver corretamente a explicação de Aristóteles é primeiro de tudo necessário compreender uma característica central da sua abordagem. Aristóteles está comprometido com uma concepção objetiva da felicidade. Podemos contrastar dois modos de pensar sobre a felicidade. Digamos que uma concepção de felicidade é subjetiva se pressupõe que a felicidade consiste na satisfação dos desejos do agente, sejam esses desejos o que forem. Tipicamente, suponhamos, a satisfação de desejos tem como resultado um sentimento de satisfação cálida ou mesmo ardente, e cálida autoestima.

Assim, numa concepção subjetiva de felicidade, é de esperar que um agente saiba quando é feliz e que tenha autoridade quanto à sua própria felicidade. Se ele se

sente feliz, então é feliz, e não o é caso contrário. Numa concepção subjetiva da felicidade, dificilmente faz sentido imaginar alguém a dizer: “Pensava que era feliz, mas estava enganado.” Em contraste, uma concepção objetiva de felicidade sustenta que esta consiste em satisfazer alguns critérios que não são determinados pelos desejos do agente. Ser feliz, na concepção objetiva, exige que uma pessoa tenha uma vida bem-sucedida e de florescimento, na qual, uma vez mais, as condições de uma vida bem-sucedida ou de florescimento não competem ao agente.

Com respeito a este aspecto, é proveitoso pensar sobre juízos de felicidade do ponto de vista da terceira pessoa. Podemos considerar que um vizinho ou familiar vive bem, e tem uma vida humana de florescimento, mesmo sem saber muitas coisas sobre a sua vida interior. Ademais, podemos ajuizar prontamente que um amigo ou pessoa próxima não está a viver a melhor vida ao seu alcance, podemos lamentar que estivessem num caminho de autodestruição porque, digamos, abusam de drogas, ainda que, se lhes perguntarmos, respondam sinceramente que se sentem muitíssimo bem, que são felizes. Na concepção objetiva da felicidade, temos em princípio o direito, em alguns casos, de concluir que as pessoas estão enganadas quanto às suas próprias auto atribuições de felicidade. Do mesmo modo, podemos olhar para um período anterior das nossas vidas e ajuizar corretamente que apesar de pensarmos que éramos felizes, estávamos enganados.

ABSTRACT

All men want to be happy; There is no one who does not want it, and with so much intensity that he desires above all else. Better yet: everything they want to, moreover, want it for that. Men pursue different passions, one this, another that; There are also many ways to make a living in this world: each one chooses his profession and exercises it. But whether they adopt this or that kind of life, all men act to be happy. What then is there in this life capable of making us happy, which all desire, but which not all reach? On happiness in Aristotle's ethics the reasons for the happy life are evident. Thus, this work aims to analyze happiness within ethics, especially, deepening, philosophically in the sense of good, habits and human virtues, taking as reference the Work of Aristotle, Nicomachean Ethics. The expository method was used, in which considerations of philosophers regarding evolution and concepts of happiness, especially involving ethics and philosophy, help in the understanding of the focused exposition, whose result revealed that man can arrive at happiness by the ordered use of reason and that , Therefore, have the ultimate goal of happiness itself.

Keywords: Happiness. Good. Habit. Virtue. Happy life

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTOTELES. *Ética a Nicômaco*; Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. 4. ed. São Paulo: Edipro, 2014.
- ARROYO, Alberto. Disponível em: <http://www.resumosetrabalhos.com.br/aristoteles-virtude-e-felicidhyperlink>.
- BOVETO, Lais. Disponível em: www.dfe.uem.br/textos/tcc_2010/hyperlink
- CABRAL, João Francisco Pereira. *A concepção de felicidade na Ética aristotélica..* Brasil Escola. Disponível em: <http://.uol.com.br/filosofia/a-concepcao-felicidade-na-Etica-aristotelica.htm>.
- CASTANHEIRA, Nuno. A Eudaimonia no Livro I da *Ética a Nicômaco*. Disponível em: <http://www.cen hyperlink>.
- CHRISTOPHER, Shields. Disponível em: <http://criticanarede.com/viverbem.html>.
- DA PAZ, Andre. *Virtude moral em Aristóteles: O segredo para a felicidade*. Disponível em: <http://www.satisfacaodesinteressada.com>.
- INACIO, Paula Disponível em: <http://www.consciencia.org/a-etica-de-aristoteles-virtude-felicidade-moral>
- MARQUES, Divina Eterna Vieira Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/eticaefelicidade/5968/>
- MONDIN, Batista. *Curso de Filosofia*, vol. 1. Sao Paulo; Paulus, 1981.
- NODARI, Paulo César. Disponível em: www.ufsm.br/gpforma/2 hyperlink "Tratado da virtude moral. São Paulo: Odysseus, 2008.
- REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles*. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994.
- ZINGANO, Marco. Aristóteles, *EthicaNicomachea I*, 13 – III.